

Política

CONSTITUINTE

O fim da novela pode ocorrer amanhã — ao menos segundo o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães: a emenda do deputado Matheus Iensen vai à votação. E é favorita.

Cinco anos, vitória garantida.

(Até os quatroanistas reconhecem. E falam tanto nisso que seus adversários estão desconfiados.)

A promessa é do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães: a Constituinte deverá votar finalmente amanhã a duração do mandato do presidente Sarney. E a vitória — havia consenso, ontem, até entre os defensores dos quatro anos — deverá ser dos cinco anos de mandato. Esse consenso, aliás, era tão claro e ostensivo que os cincoanistas estavam inseguros e desconfiados da existência de alguma armadilha.

"Há alguma coisa embutida nessa história", admitia, preocupado, o deputado Paulo Zazur (PMDB-SP), um dos encarregados de assegurar a manutenção dos votos de sua bancada já anunciados como favoráveis aos cinco anos.

"Estamos atentos", advertia o líder governista Carlos Sant'Anna, admitindo a possibilidade de uma armadilha por trás do aparente consenso. Também preocupado, o deputado Benito Gama (PFL-BA) observava que "ninguém perde na véspera". Por isso mesmo, "não vamos entrar nessa história do já ganhei. Vamos entrar em plenário para um jogo de fato, tentando ampliar os resultados da primeira votação".

Zazur, mesmo otimista, ponderou ainda que "o que tem atrás desse clima ninguém sabe. Portanto, é preciso muita cautela e a presença maciça dos constituintes". Jogando mais lenha na fogueira, o quatroanista Robson Marinho (PMDB-SP) garantiu, com um sorriso irônico, que "não há estratégia nenhuma. Mesmo se houvesse, nós não iríamos revelar aos cincoanistas".

Já o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), outro quatroanista, confessava, cabisbaixo, em tom de derrota, sua pouca esperança na aprovação dos quatro anos.

Na verdade, os cincoanistas estão jogando tudo para assegurar a presença de todos os constituintes à sessão, na certeza de que a maioria é pelos cinco anos. O deputado Geraldo Alckmin (PMDB-SP) chegou a admitir que a estratégia dos quatroanistas é justamente jogar com a ausência dos parlamentares de forma que a emenda Iensen (pelos cinco anos) não consiga o quórum mínimo de 280 votos.

E caso haja obstrução, o Centrão partirá para o jogo duro. Simplesmente tentará paralisar os trabalhos da Constituinte, avisou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). "Falamos por aí que a votação do mandato ficaria para depois do dia 9. Aí a reação será nossa. Lutaremos para impedir a promulgação da nova Constituição, parando tudo". Nesse caso, segundo ele, prevaleceria o mandato de seis anos para Sarney, "valendo o tempo de mandato previsto no termo de posse de Sarney perante o Congresso Nacional".

Apesar de tudo, a certeza da vitória dos cinco anos era tal, ontem, no Palácio do Planalto, que depois da reunião de Sarney com 12 ministros e lideranças governistas um assessor direto do presidente disse que "as inscrições para votar a favor de Sarney já estão fechadas. O que vier agora fica por conta da euforia".

O ministro-chefe do Gabinete Civil garantiu que "o presidente conta com 330 votos, ou seja, dez votos a mais do que se previa até a semana passada".

A decisão de transferir a votação do mandato para amanhã deveu-se ao atraso da votação do Título VIII, mais especificamente do capítulo referente aos índios. Mas Ulysses Guimarães garantiu ao líder governista Carlos Sant'Anna que colocaria a matéria em votação hoje, mesmo sem acordo, para logo depois iniciar a votação das Disposições Transitórias, onde, logo no começo, está o artigo que trata do mandato de Sarney.

O projeto da Comissão de Sistematização estabelece mandato de quatro anos, enquanto o substitutivo do Centrão preferiu passar por cima do assunto, porque não havia consenso no grupo. Se prevalecesse o texto do Centrão, o mandato seria de seis anos. No entanto, há cerca de 30 pedidos de destaque para votação de outras tantas emendas, todas tratando desse assunto. E a principal delas é do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que fixa o mandato em cinco anos e será a primeira a ser votada por ter preferência automática, já que foi apresentada com o apoio de 316 constituintes.



O cacique Raoni (à esquerda) acompanhou as negociações, levando ao plenário mais de cem índios.

UM ACORDO PARA OS ÍNDIOS

Após seis horas de intensas negociações foi fechado o acordo sobre o capítulo que trata da questão indígena. "O acordo satisfaz os interesses da Constituinte e dos índios porque garante as suas propriedades e prerrogativas, além de atender razoavelmente aos interesses nacionais", disse o senador Mário Covas aos mais de 100 índios que aguardavam a conclusão da reunião. Animados, eles bateram palmas e deram gritos de saudação.

Pelo acordo foi definitivamente excluído da nova Constituição qualquer discriminação aos índios aculturados, o que foi considerada a maior de todas as vitórias do capítulo, pelo deputado Tadeu França (PMDB-PR), da Frente Parlamentar do Índio. O deputado Fábio Feldman (PMDB-SP) ressaltou ainda que o parágrafo 5º do artigo 289, incluído à última hora, foi igualmente vantajoso porque significa que os garimpeiros que estão em terras indígenas vão ter de sair.

Além dos índios, também representantes do Conselho de Segurança Nacional, liderados pelo comandante Afonso Barbosa, acompanharam todas as negociações. No final, o comandante conversou com o

cacique Raoni a quem disse que "eles testemunharam o esforço de todos para fazer o melhor pela classe e que o resultado foi um final feliz para todos porque eles poderão trabalhar em suas terras e os conflitos vão acabar".

O primeiro artigo do capítulo, que já havia sido acertado na última sexta-feira, voltou ontem à discussão mas, no final, foi definido que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar os seus bens". Em seguida, foi estabelecido que "o aproveitamento dos recursos hídricos, inclusive dos potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei".

Outro acerto da reunião foi o de que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis e os direitos imprescritíveis. Além disso, foi de-

finido que fica vedada a remoção dos grupos indígenas salvo ad referendum do Congresso, nos casos de catástrofe e outros, garantindo em qualquer caso, o retorno imediato tão logo cesse o risco. Em outro parágrafo foi acertado que não será possível alegar direito à indenização sobre terras indígenas, salvo quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé, na forma da lei. A expressão "boa fé" foi objeto de inúmeras discussões e acabou sendo acrescida atendendo a pedido do deputado Otomar Pinto e referendada por Jarbas Passarinho.

Protestos

Muitos protestos e até uma "greve de fala" marcaram a sessão de ontem da Constituinte. E, apesar de ela ter tido uma duração de quatro horas, e de aparentemente estarem reunidos na Casa dos 280 parlamentares exigidos para a deliberação de qualquer votação, a sessão foi consumida por protestos e discursos, sem que os constituintes fossem chamados a votar. Motivo: as lideranças — reunidas no gabinete do senador Mário Covas — não conseguiram chegar a um acordo sobre o texto a ser submetido no plenário.

AQUI SE TRAMA DE TUDO

Indiferentes à questão do mandato, os lobistas estão atacando em todas as frentes.

Trama-se de tudo nos corredores e salas do Congresso Nacional. Enquanto se aguarda a decisão dos constituintes sobre a permanência ou não de Sarney por mais um ano na presidência, os lobistas já estão um passo à frente: indiferentes ao mandato, estão preocupados em tirar ou manter assuntos de seu interesse no segundo turno da votação da nova Constituição.

E os lobistas circulam por todos os cantos: salas das comissões da Constituinte, café da Câmara e, principalmente, dentro dos gabinetes. São senhores sisudos, ternos, pasta e até bengala, que tentam convencer os parlamentares, em nome dos empresários, a tirar a jornada de seis horas, aprovada na primeira votação.

O lema deles é "Seis horas que abalarão o Brasil" um trocadilho ao livro do escritor comunista John Reed, "Dez dias que abalarão o mundo", ao referir-se às consequências da revolução russa de 1917. "Ninguém ganha, todos perdem", explica um folheto bem feito, em papel couchê, que o Instituto Brasileiro de Siderurgia está distribuindo.

Vários empresários das indústrias si-

derúrgicas, papel e celulose, química e petroquímica, têxtil e cimento entre outras, reúnem-se hoje para discutir as seis horas. "Para cumprir a jornada de apenas seis horas, o operário terá de trabalhar mais 17 dias por ano", esclarece o folheto. Os empresários garantem ainda que o turno de seis horas "significa menor competitividade, menos vendas, menos exportações, menos divisas, menos empregos."

Enquanto isso, no auditório do anexo quatro — um dos edifícios agregados ao Congresso —, os sindicalistas discutem a permanência das seis horas no texto da Constituição. Ontem, eles passaram a tarde reunidos com diretores do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), deputados do PT e estudiosos das leis do trabalho. Eram representantes dos aeronautas, eletricitários, dos trabalhadores da indústria siderúrgica, entre outras.

Toneladas de papel e envelopes foram consumidos desde o dia 28 de janeiro, início da votação. Além do *Jornal da Constituinte*, órgão oficial de divulgação da Assembleia, são rodados diariamente os tex-

tos aprovados, calhamaços de páginas do projeto de Constituição.

Mais de 30 mil pessoas circulam todos os dias pelos edifícios do Congresso, onde funciona tudo ao mesmo tempo: Câmara, Senado e Assembleia Constituinte. Todos pedem: os funcionários demitidos das estatais querem a anistia com reintegração. Há até uma entidade que reúne desde marinheiros cassados pelo golpe de 1964, até recém-demitidos servidores das greves da Companhia Vale do Rio Doce e Vasp. Eles estão interessados em uma das emendas sobre anistia que será votada no capítulo das Disposições Transitórias.

A bancada do Distrito Federal distribui panfletos pedindo que "o povo de Brasília possa eleger, já neste ano, o governador e a assembleia distrital". O PMDB de Brasília, por sua vez, faz campanha nos corredores com adesivos e folhetos pelas "Diretas já e autonomia política do Distrito Federal". Até os índios passaram a tarde de ontem dançando no auditório da liderança do PMDB, pintados de preto, sinal de guerra.

Desta vez, nada de jatinhos.

Diferente da votação do sistema de governo, a definição do mandato de Sarney não deve provocar a mobilização dos jatinhos postos à disposição do Centrão para garantir os cinco anos. "Se for preciso nós iremos buscar deputados e senadores, mas por enquanto tudo está muito tranqüilo", disse ontem o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

Os líderes do governo preocuparam-se no final da semana passada em mandar telegramas para todos os endereços dos constituintes cincoanistas, pedindo sua presença durante a votação. Na segunda-feira, Daso Coimbra e José Lourenço, entre outros, permaneceram em seus gabinetes, apesar do feriado, telefonando para os que ainda estavam fora de Brasília. "Somente os telefonemas estão sendo suficientes", dizia Daso Coimbra, enquanto realizava ontem, a cada três horas, o levantamento dos parlamentares que chegavam a Brasília.

Como eles, também Henrique Hargreaves, assessor parlamentar do Palácio do Planalto, acompanhava a frequência dos constituintes "do governo". De acordo com seus números havia, no início da noite, 280 cincoanistas em Brasília, "nem todos do governo, quase a metade deles porque não têm interesse nas eleições este ano".

Segundo Daso Coimbra, houve atraso na chegada dos parlamentares a Brasília: estiveram fechados, durante todo o dia de ontem, os aeroportos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e o casamento, em São Paulo, da filha do deputado José Camargo com o filho do ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que reuniu cerca de 20 constituintes, fazia prever que até a manhã de hoje estivesse garantida em plenário, para a votação dos cinco anos para Sarney, a presença de 360 parlamentares.

A tranqüilidade em relação à vitória fez desmobilizar a secretaria do Centrão no Congresso. Ali, os telefones não foram acionados, e as secretárias reclamavam: "Não estamos recebendo nossos salários. E por isso não queremos saber de controlar a presença dos constituintes em Brasília". Daso Coimbra admitiu, inclusive, estar desestimulando parlamentares doentes, como Virgílio Távora, de irrem à votação: "Não será necessário".



Cabral e Ulysses: articulações. E um critério.

Transitórias: a ordem é votar rapidamente.

Seguir o regimento, votando o texto do Centrão, ressaltadas as emendas e os destaques, e fazer o maior número possível de fusões de emendas a artigos para agilizar os trabalhos. Esta é a proposta de critério de votação das Disposições Transitórias que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, encaminha hoje em reunião com as lideranças. Ulysses deve usar toda a manhã articulando os critérios de votação do polêmico título das Disposições Transitórias. À tarde, ele coloca em votação o capítulo referente aos índios. O mandato do presidente Sarney pode ser votado amanhã.

Como o título das Disposições Transitórias não possui capítulos e sim artigos heterogêneos, as esquerdas proclamavam ontem a necessidade de se votar cada artigo separadamente, como se fosse um capítulo, sem aprovação prévia de um texto-base. Enquanto isso, o líder do governo, Carlos Sant'Anna, argumentava que deveria ser seguido o regimento, com a votação de um texto base, do Centrão, ressaltados os destaques e emendas, conforme ocorreu na votação de todos os capítulos do texto permanente da Constituição.

A polêmica será discutida hoje na reunião de lideranças, mas desde o início da tarde, ao chegar à Câmara, Ulysses já defendia usar os critérios de votação do regimento. "Nas Disposições Transitórias existe a emenda coletiva do Centrão e, se for aprovada, votaremos as emendas e destaques a cada um dos artigos", afirmou, lembrando que a diferença neste caso é que os artigos são heterogêneos e de difícil fusão. Espera, porém, a elaboração de fusões de emendas aos artigos. "O que tem de ser feito é votar, se possível com o entendimento das lideranças", afirmou Ulysses. "Estamos mobilizados para que haja quórum pleno", disse o líder Carlos Sant'Anna, que ontem recebeu de Ulysses a promessa de que o capítulo dos índios — o último da parte permanente da Constituição — seria votado hoje, com ou sem o acordo das lideranças. Neste caso, o título das Disposições Transitórias, onde se inclui o mandato do presidente Sarney, pode ser votado amanhã.

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, concorda com Ulysses quanto ao critério de votação das Disposições Transitórias e deve defender a proposta de usar o texto base na reunião de hoje. Ontem, Cabral passou o final da tarde conversando sobre o assunto no gabinete de Ulysses e, na saída, afirmou que defenderá o acordo em matérias não polêmicas.